



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE  
ALAGOAS – CAMPUS MURICI  
CURSO TÉCNICO EM AGROECOLOGIA**

**LEONARDA RODRIGUES DA SILVA BRITO**

**GÊNERO E AGRICULTURA FAMILIAR: EXPERIÊNCIAS, VIVÊNCIAS,  
VALORES, REPRESENTAÇÕES E ATUAÇÕES DE MULHERES NO  
ASSENTAMENTO DOM HELDER CÂMARA EM MURICI - AL**

**MURICI – AL**

**2025**

**LEONARDA RODRIGUES DA SILVA BRITO**

**GÊNERO E AGRICULTURA FAMILIAR: EXPERIÊNCIAS, VIVÊNCIAS,  
VALORES, REPRESENTAÇÕES E ATUAÇÕES DE MULHERES NO  
ASSENTAMENTO DOM HELDER CÂMARA EM MURICI - AL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Coordenação do Curso Técnico em Agroecologia do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas, Campus Murici, como requisito para obtenção do título de Técnico em Agroecologia.

Orientadora: Dra. Géssika Cecília Carvalho da Silva.

**MURICI – AL**

**2025**



**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação**  
**Instituto Federal de Alagoas**  
**Campus Murici**  
**Biblioteca Prof. Cicero Vieira de Araújo**

---

338.1  
B862g

Brito, Leonarda Rodrigues da Silva.

**Gênero e agricultura familiar:** experiências, vivências, valores, representações e atuações de mulheres no assentamento Dom Helder Câmara em Murici – AL / Leonarda Rodrigues da Silva Brito. – Dados eletrônicos (1 arquivo : 252 KB). – 2025.

Sistema requerido: Adobe Acrobat Reader.

Modo de acesso: Internet.

Orientação: Prof<sup>a</sup>. Dra. Géssika Cecília Carvalho da Silva.

Trabalho de Conclusão de Curso (Técnico em Agroecologia) – Instituto Federal de Alagoas, *Campus Murici*, Murici, 2025.

1. Agricultura familiar	2. Agricultoras	3.
Desigualdade de gênero	I. Título.	

---

## Folha de Aprovação

**LEONARDA RODRIGUES DA SILVA BRITO**

**GÊNERO E AGRICULTURA FAMILIAR: EXPERIÊNCIAS, VIVÊNCIAS,  
VALORES, REPRESENTAÇÕES E ATUAÇÕES DE MULHERES NO  
ASSENTAMENTO DOM HELDER CÂMARA EM MURICI – AL**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado ao Instituto Federal de  
Alagoas, como requisito para  
obtenção do título de Técnico em  
Agroecologia.

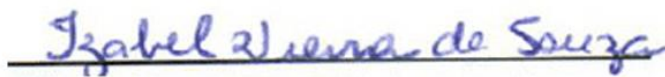
### Banca Examinadora

Murici - AL, 06 de Junho de 2025.

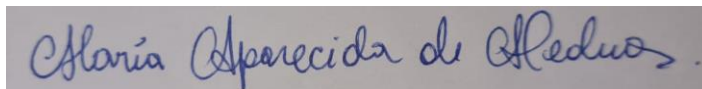


---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup>. Gécika Cecília Carvalho da Silva Folhadela  
Orientadora – IFAL Murici



Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup>. Izabel Vieira de Souza  
Avaliadora Interna – IFAL Murici



Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup>. Maria Aparecida de Medeiros  
Avaliadora Interna – IFAL Murici

*Dedico este Trabalho de Conclusão de Curso ao Deus de um trilhão de estrelas, o arquiteto celestial que cuidadosamente projetou cada grão do solo sagrado - fonte de vida e sustento – e às minhas preciosas Marias.*

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço ao meu Pai, que colocou em meu coração o sonho de estudar no Instituto Federal de Alagoas - Campus Murici, abriu portas e me concedeu todas as oportunidades para que este desejo se tornasse realidade, e quando se tornou, esteve comigo a cada dia, na angústia e na alegria, guiando meus passos e me trazendo até aqui. Minha vida e conquistas são para tua Honra e Glória, Deus, pois reconheço que sem ti nada disso seria possível.

Minha mais profunda gratidão ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas - Campus Murici, que por seis anos foi minha casa e responsável por toda minha formação enquanto acadêmica. Agradeço aos professores (as), coordenadores (as), diretor, técnicos (as) e demais profissionais que compõem a Instituição.

Agradeço, especialmente, a Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação, pois foi por meio da Iniciação Científica que descobri o meu amor pela pesquisa. Participando, inicialmente, como voluntária em um projeto de pesquisa e, posteriormente, sendo bolsista em três. Sobretudo, agradeço pelo financiamento do projeto “Gênero e Agricultura Familiar: Experiências, vivências, valores, representações e atuações de mulheres no Assentamento Dom Helder Câmara em Murici – AL”, que deu origem ao documentário “Cultiva, Maria!”, e a este Trabalho de Conclusão de Curso.

Agradeço às moradoras do Assentamento de Reforma Agrária Dom Helder Câmara, em especial a Maria Rita Rosa dos Santos, Maria José dos Santos, Regina Maria da Silva, Nailda Maria da Silva e Eliane Maria dos Santos. Minhas preciosas Marias, que a mim confiaram suas histórias, vivências e experiências enquanto mulheres e agricultoras familiares.

Agradeço à minha orientadora, Géssika Cecília Carvalho da Silva, uma pesquisadora gigante que enxergou potencial no projeto de pesquisa que originou este Trabalho de Conclusão de Curso. Meu maior prazer é trilhar os caminhos da pesquisa com profissionais como você, tão grandes quanto tudo que realizamos.

Agradeço às minhas mães, Jucineide Rodrigues da Silva e Celita Rodrigues da Silva, jamais serei capaz de colocar em palavras a imensidão do amor e gratidão que sinto por vocês. Mesmo assim, sou eternamente grata, mainha, pois a senhora sempre colocou meus estudos em primeiro lugar, mesmo quando precisava acordar às 5 horas da manhã e andar com uma Leonarda de 6 aninhos por quilômetros só para levá-la ao ponto de ônibus. Obrigada por me proporcionar a oportunidade de estudar que a senhora não teve.

Agradeço aos demais membros da minha família, meu avô, pai, tios, tias e primos, pois sempre que as coisas ficavam difíceis demais para que eu conseguisse aguentar sozinha, vocês me estenderam a mão e foram minha rede de apoio.

Sou grata aos meus amigos mais próximos, José Joaquim da Silva Neto, Luiz Otávio Ramos Pires da Silva, Débora Sofia Ramos Pires da Silva, Elis Mariane de Oliveira, Angelica Domicio, José Aristony dos Santos Rodrigues, José Nilton da Silva Júnior, Jailson Cavalcante e Maria Katielly Menezes Batista, dividir o fardo dos dias difíceis com vocês o tornou mais leve.

Por fim, gostaria de agradecer à pequena Leonarda, apaixonada pela educação, sedenta por conhecimento, que no primeiro dia de aula se sentiu incapaz de alçar grandes voos dentro da Instituição. Ela não fazia ideia de onde estaríamos hoje, não imaginava que se orgulharia tanto de toda sua trajetória. Agradeço a ela, agradeço a mim, por acima de tudo, ter me permitido ser guiada pelos sonhos que Deus semeou em meu coração.

## RESUMO

Na agricultura familiar, os conhecimentos sobre produção rural são repassados precocemente à descendência das famílias. Neste contexto, estão inseridas as mulheres agricultoras, que desempenham funções fundamentais no desenvolvimento da agricultura, em específico, a agricultura familiar agroecológica. Todavia, por não trabalharem exclusivamente na produção de alimentos e ficarem responsáveis também pelos trabalhos domésticos, criação dos filhos, trato dos animais e de seus quintais produtivos, essas mulheres não eram reconhecidas como agricultoras e não tinham seus direitos garantidos até 1980, quando o Movimento das Mulheres Rurais foi conquistando espaço. Tal problemática foi um agravamento na desigualdade de gênero no campo, bem como reforçou a divisão sexual do trabalho como algo que está na ordem das coisas e que não poderia ser evitado. Portanto, o objetivo deste trabalho é trazer visibilidade às vivências, experiências e saberes de mulheres agricultoras, que lutam constantemente para a quebra de estigmas associados à sexualidade e sua relação com trabalho reprodutivo e produtivo. Para a coleta de dados, utilizou-se a metodologia de entrevistas narrativas realizadas com cinco agricultoras residentes no Assentamento Dom Helder Câmara, localizado no município de Murici-AL. Como resultado, nota-se que as agricultoras conquistam diariamente maior abertura nos espaços rurais, bem como demonstram-se flexíveis ao aprendizado de novas formas de produção, porém sempre preservando os conhecimentos ancestrais e os princípios da agricultura familiar. Estas mulheres estão cada vez mais engajadas no combate à desigualdade de gênero no campo, com a participação ativa em movimentos sociais, sindicatos e lideranças. Ademais, destaca-se a crescente ocupação feminina nas mais diversas esferas sociais, reivindicando seus direitos enquanto mulheres e produtoras de alimentos, representando e liderando uma classe que durante séculos foi invisibilizada, e desta forma, reescrevendo suas histórias enquanto mulheres e agricultoras.

Palavras-chave: Agricultura familiar; Agricultoras; Desigualdade de gênero.

## LISTA DE FIGURAS

<b>Imagem 1</b>	Registro aéreo do Assentamento Dom Helder Câmara.....	28
<b>Imagem 2</b>	Registro realizado durante uma entrevista.....	29
<b>Imagem 3</b>	Registro realizado durante a assinatura dos termos.....	31
<b>Imagem 4</b>	Entrevistada no quintal produtivo.....	35
<b>Imagem 5</b>	Entrevistada no quintal produtivo.....	35
<b>Imagem 6</b>	Registro da entrevistada.....	36
<b>Imagem 7</b>	Registro da entrevistada.....	36
<b>Imagem 8</b>	Entrevistada e sua produção.....	40
<b>Imagem 9</b>	Entrevistada em seu roçado.....	40
<b>Imagem 10</b>	Animais criados pela entrevistada.....	42
<b>Imagem 11</b>	Animais e produção da entrevistada.....	42

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1</b> Perfil das agricultoras entrevistadas.....	32
<b>Tabela 2</b> Formas de aquisição do lote.....	34
<b>Tabela 3</b> Produção vegetal e animal das agricultoras.....	41

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

**MST** - Movimento dos Trabalhadores Sem Terra.

**CPT** - Comissão Pastoral da Terra.

**CNRA** - Campanha Nacional pela Reforma Agrária.

**CONTAG** - Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais e Agricultores e Agricultoras Familiares.

**INCRA** - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

**FAO** - Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura.

**PNAE** - Programa Nacional de Alimentação Escolar.

**PAA** - Programa de Aquisição de Alimentos.

# SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>12</b>
<b>2 REVISÃO DE LITERATURA .....</b>	<b>15</b>
<b>2.1 DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO .....</b>	<b>15</b>
<b>2.2 RELAÇÕES DE GÊNERO NO CAMPO.....</b>	<b>17</b>
<b>2.3 AGRICULTURA FAMILIAR.....</b>	<b>19</b>
2.3.1 Assentamentos de reforma agrária .....	21
2.3.2 Agroecologia e feminismo.....	23
2.3.3 Quintais produtivos e conhecimento ancestral.....	25
<b>3 METODOLOGIA .....</b>	<b>28</b>
3.1 Local de realização da pesquisa.....	28
3.2 Coleta de dados.....	28
3.3 Roteiro de entrevista.....	30
3.4 Termos de autorização.....	30
<b>4 RESULTADOS E DISCUSSÕES .....</b>	<b>32</b>
4.1 Perfil das participantes.....	32
4.2 Sobre estudos e trabalho.....	32
4.3 A conquista do lote e a chegada ao assentamento.....	33
4.4 Participação em movimentos sociais, sindicais e associações.....	35
4.5 Desigualdade de gênero no campo.....	36
4.6 Importância das funções exercidas por mulheres.....	37
4.7 Saberes e conhecimentos sobre agricultura.....	38
4.8 Receptibilidade às novas tecnologias agrícolas.....	39
4.9 Impactos da revolução verde e do capitalismo na agroecologia.....	40
4.10 Produção vegetal e animal.....	41
4.11 Participação em feiras livres.....	41
4.12 Participação em programas do governo.....	42
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>44</b>
<b>6 REFERÊNCIAS.....</b>	<b>46</b>
<b>APÊNDICE.....</b>	<b>51</b>

## 1. INTRODUÇÃO

Um dos grandes desafios impostos pela modernidade é a superação das contradições existentes nas questões de gênero, que envolvem elementos como desigualdade, diferença, opressão e exclusão, denotando entraves à participação das mulheres em diversos setores da sociedade. Nesse sentido,

Historicamente, as mulheres foram e são invisibilizadas na sociedade patriarcal. Esse padrão de pensamento ideológico e ação, subjuga e inferioriza as mulheres quanto ao seu papel como sujeito social atuante que pensa, trabalha, estuda. Nesse contexto, cada direito conquistado foi objeto de muita luta e resistência por parte de mulheres que não se calaram, não aceitaram ser submissas e se reconheceram como sujeitos políticos dessa construção histórica (Silva, 2021, p. 15).

Por esse viés, as relações de gênero são observadas em todos as realidades sociais e no campo isso não é diferente. Quanto a isso, o Movimento de Mulheres Camponesas (2018, p. 2) pontua:

Ressaltamos o papel e a importância das mulheres em todo o histórico da agricultura no mundo desde sua origem e na atualidade; identificando a reprodução de relações patriarcais e machistas na família e nas comunidades camponesas, as quais invisibilizam, negam e inferiorizam o trabalho da mulher camponesa, o conhecimento delas, sobrecarregam com os trabalhos domésticos e praticam as diversas formas de violência contra as mulheres.

Assim, as mulheres camponesas muitas vezes são as responsáveis pelo controle da renda familiar e pelas atividades domésticas:

[...] essa construção social historicamente imposta, tem como agravamento a dupla ou tripla jornada de trabalho, sem reconhecimento, ou seja, cumprem com o que seria o seu dever, ser mãe, esposa e dona de casa e realizam atividades na propriedade, o que, na maioria, não é visto como trabalho e sim como uma “ajuda” ao marido (Silva, 2021, p. 17).

Nessa perspectiva, as funções exercidas pelas mulheres são vistas como complementares e, “em consequência desta hierarquia, considera-se trabalho as atividades desenvolvidas na esfera produtiva, já as múltiplas tarefas desenvolvidas no espaço do consumo da família não são consideradas trabalho” (Heredia, 1979, p. 22).

Neste contexto, observa-se que na agricultura familiar e na divisão sexual do trabalho,

[...] ao homem cabe geralmente a exclusividade de desenvolver serviços que requerem maior força física, tais como lavar, cortar lenha, fazer curvas de nível, derrubar árvores e fazer cerca. Também cabe ao homem o uso de maquinário agrícola mais sofisticado, tal como o

trator. À mulher, de um modo geral, compete executar tanto as atividades mais rotineiras, ligadas à casa ou ao serviço agrícola, como as de caráter mais leve. Entre as tarefas em geral executadas pelas mulheres estão praticamente todas as atividades domésticas, o trato dos animais, principalmente os menores (galinhas, porcos e animais domésticos), a ordenha das vacas e o cuidado do quintal, que inclui a horta, o pomar e o jardim (Brumer, 2004, p. 211).

Embora a importância da mulher na agricultura familiar não tenha seu devido reconhecimento, segundo Marion e Bona (2016), as estratégias adotadas pelas mulheres no desenvolvimento de seus trabalhos são as mais diversas, a figura da mulher ocupa uma posição de destaque, porque é a responsável pela grande parte das atividades que caracterizam a pluriatividade na agricultura familiar.

Independente de atualmente as mulheres já serem reconhecidas como agricultoras e terem seus direitos trabalhistas garantidos, a realidade ainda está longe do ideal. Os incentivos para a classe feminina agricultora são poucos, visto que faltam políticas públicas para a conscientização do núcleo familiar quanto à valorização e a melhor distribuição das atividades realizadas, além do enfrentamento diário de atitudes geradas pelo estigma associado às mulheres agricultoras.

Apesar de tudo que já foi conquistado, as trabalhadoras rurais ainda enfrentam grandes desafios e falta de aceitação por parte dos demais. Portanto, dar voz e ouvir a experiência dessas mulheres é ainda mais importante, sendo este o objetivo deste projeto, dar visibilidade às experiências vivenciadas pelas mulheres agricultoras da Zona da Mata de Alagoas.

Assim, o problema de pesquisa que se apresenta é: Quais são as experiências, vivências, valores, representações e atuações de mulheres em assentamentos de Alagoas na perspectiva da agricultura familiar?

Esta pesquisa apoia-se na necessidade de compreensão e problematização das experiências e atuações de mulheres em assentamentos da Zona da Mata de Alagoas; visto que, conforme Marion e Bona (2016, p. 5),

[...] quando observamos a organização nos espaços rurais nos nossos dias, mais precisamente na agricultura familiar, notamos que os mesmos têm mudado, ou melhor, evoluído para se adaptar e manter-se nesse meio agrícola. E neste processo de adaptação são as mulheres que exercem um papel central, no contexto da produção familiar, uma vez que são elas que incorporam as atividades para o

auxílio da renda familiar. Seja por extensão da jornada de trabalho em indústrias, combinados aos trabalhos doméstico e agrícola, com a transformação de matéria prima em produtos manufaturados, artesanato doméstico ou dedicação a pequenas unidades de comércio localizadas próximas ao local da produção. As estratégias adotadas são as mais diversas, entretanto, a figura da mulher ocupa uma posição de destaque, porque é a responsável pela grande parte das atividades que caracterizam a pluriatividade na agricultura familiar (Marion; Bona, 2016, p. 5).

Logo, compreende-se que é preciso dar visibilidade às experiências, vivências, valores, representações e atuações de mulheres em assentamentos de Alagoas no que se refere à agricultura familiar, visto que as mulheres sempre fizeram parte da agricultura e durante muitos anos seu trabalho não foi reconhecido.

Por esse viés, o trabalho em tela trata-se dos resultados obtidos no Projeto de Pesquisa realizado no Assentamento Dom Helder Câmara, localizado na região da Zona da Mata Alagoana, com cinco agricultoras que se voluntariaram para compartilhar suas histórias, experiências e vivências enquanto mulheres e agricultoras.

Os resultados obtidos nesta pesquisa contribuem para o debate sobre as relações de gênero no ambiente rural. A socialização e divulgação dos conhecimentos, por elas preservados e que estão presentes neste trabalho, servirão de subsídio para elaboração de políticas sociais que visem possibilitar a promoção da agricultora familiar, bem como aporte para estimular futuros estudos relacionados a esta temática.

## 2. REVISÃO DE LITERATURA

### 2.1. DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO

O que compreendemos na atualidade como “homem” e “mulher” faz parte de uma construção social, que varia entre culturas, mas que possuem em comum o fato de predefinirem os comportamentos, trabalhos, preferências, sentimentos, pensamentos e desejos aceitáveis para o sexo masculino e para o sexo feminino. Tal comportamento está tão enraizado na sociedade e no subconsciente dos indivíduos que dificilmente se pode afirmar com convicção quais partes de você são suas e quais lhe foram atribuídas desde o nascimento.

Segundo Bourdieu (1998), a construção da visão do mundo dá-se por meio das coações estruturais que incidirão no *habitus* dos agentes, ou seja, é por meio das estruturas mentais que eles apreendem o mundo social, sendo assim, em essência, o produto da interiorização das estruturas do mundo social. Desde o nascimento os indivíduos estão sujeitos a ter contato com o que a sociedade a qual pertence considera adequado ou não para o sexo biológico com o qual nasceu, e isso se perpetua por toda sua vida. Bourdieu (2012, p. 17), define que:

A divisão entre os sexos parece estar “na ordem das coisas”, como se diz por vezes para falar do que é normal, natural, a ponto de ser inevitável: ela está presente, ao mesmo tempo, em estado objetivado nas coisas (na casa, por exemplo, cujas partes são todas “sexuadas”), em todo o mundo social e, em estado incorporado, nos corpos e nos *habitus* dos agentes, funcionando como sistemas de esquemas de percepção, de pensamento e de ação (Bourdieu, 2012, p. 17).

A divisão entre os sexos é favorável aos homens, eles detêm o poder social. Em contrapartida, a violência simbólica encontra-se no cotidiano de todas as mulheres, e acaba por tornar natural a exclusão do gênero feminino nos aspectos financeiro, profissional, social ou sexual. O pensamento que guia essas ações é o que considera a mulher como o “sexo frágil”.

Na percepção de Beauvoir (2017), essa expressão se dá pelas características físicas distintas entre os corpos masculinos e femininos, considerando-se o corpo do homem superior ao feminino. Em seu livro ‘Segundo Sexo’, Beauvoir, em 1949, formaliza o debate sobre o conceito de mulher ao ser determinado pela interpretação do homem, isto é, as diferenças e a superioridade são históricas e ideológicas. Bourdieu (2015, p. 7) afirma que:

[...] a ordem estabelecida, com suas relações de dominação, seus diretos e suas imunidades, seus privilégios e suas injustiças, [...], perpetue-se apesar de tudo tão facilmente, e que em condições de existência das mais intoleráveis possam permanentemente ser vistas como aceitáveis ou até mesmo como naturais. Também sempre vi na dominação masculina, e no modo como é imposta e vivenciada [...] resultante daquilo que eu chamo de violência simbólica [...] (Bourdieu, 2015, p. 7).

Quando analisamos a divisão sexual no âmbito do trabalho, compreendemos que o impacto na carreira profissional das mulheres é, como esperado, negativo. Segundo Souza *et al.* (2012), a inserção da mulher em um espaço que, por muito tempo foi considerado masculino, fez com que a mulher assumisse dois papéis, trabalhando fora de casa e cuidando da casa, sendo sobrecarregada com dupla jornada de trabalho. A profissionalização feminina e masculina não ocorre da mesma forma, pois o homem procura o trabalho com sua principal atividade, enquanto a mulher determina sua carreira tentando encaixar a vida familiar, seus sonhos e objetivos. Cardoso e Pinto (2020, p. 3) concluem que:

Com a análise da divisão sexual do trabalho e com os estudos de gênero, podemos constatar que o trabalho feminino é socialmente desvalorizado. O processo que legitima a fundamentação biológica dos gêneros empurra as mulheres para certos tipos de trabalhos e papéis sociais que elas devem desempenhar. O trabalho doméstico e as responsabilidades que dele derivam – ser mãe e dona de casa – aparecem como uma extensão da suposta essência feminina. De acordo com a lógica tradicional, o trabalho desempenhado para a família é realizado em prol do amor e em virtude da imaginada natureza da mulher (Cardoso; Pinto, 2020, p. 3).

A inserção tardia da mulher no mercado de trabalho e o estigma associado às funções que ela devia ou não desempenhar tornou a competição no mercado profissional incoerente. No livro 'Segundo Sexo' de Simone de Beauvoir, publicado em 1949, ela diz que:

Economicamente, homens e mulheres constituem como que duas castas; em igualdade de condições, os primeiros têm situações mais vantajosas, salários mais altos, maiores possibilidades de êxito do que suas concorrentes recém-chegadas. Ocupam, na indústria, na política e etc., maior número de lugares e os postos mais importantes. Além dos poderes concretos que possuem, revestem-se de um privilégio cuja tradição a educação da criança mantém: o presente envolve o passado, e no passado toda a história foi feita pelos homens. No momento em que as mulheres começam a tomar parte da elaboração do mundo, esse mundo ainda pertence aos homens (Beauvoir, 1949, p. 17).

Desta forma, é possível apontar a origem da desvalorização do trabalho feminino, além da crença de que a mulher é o “sexo frágil” e, portanto, deveria se manter no “seu lugar”, existe o fato de que o mundo sempre pertenceu aos machos, eles ocupam a maior quantidade de cargos e detêm os mais diversos privilégios e não querem em hipótese alguma perdê-los, principalmente para pessoas que são socialmente consideradas inferiores.

Atualmente, é possível notar mudanças significativas nas construções sociais enraizadas na sociedade que influenciam na divisão sexual do trabalho. A conquista pelo direito a ter acesso à educação básica e superior, trabalho remunerado, direito ao divórcio e a escolha de constituir família, ou não, tem contribuído para a reorganização das relações de gênero e tem aberto caminho para novos questionamentos em relação à organização social.

## **2.2. RELAÇÕES DE GÊNERO NO CAMPO**

O crescente aumento dos estudos relacionados a gênero no meio rural mostra a importância das mulheres agricultoras na produção de alimentos, bem como a desvalorização atribuída às funções desempenhadas por elas. Segundo Stolf (2007), a profissão de agricultor é passada de geração para geração, sendo apresentada aos filhos/as de trabalhadores/as rurais muito precocemente.

Nesse contexto de trabalho estão as mulheres, que são inseridas no trabalho rural para efetuar serviços na lavoura, na manutenção dos animais, nas feiras e nas atividades domésticas. Muitas vezes, as meninas jovens ficam em casa fazendo os deveres domésticos enquanto suas mães saem para trabalhar na roça, juntamente com os maridos. De acordo com Cunha (2023, p. 9),

A agricultora além de trabalhar ativamente na produção agrícola, é responsável por cumprir várias tarefas, como os afazeres domésticos e cuidar de seus filhos, mesmo cumprindo todas essas atividades a sua participação no campo é muitas vezes ignorada e invalidada, sendo privilegiada a figura masculina como representante da família e responsável pela plantação.

Na percepção de Nascimento (2011), no capitalismo, a divisão sexual do trabalho evidencia-se plenamente como sistema de dominação-exploração das

mulheres, expressando-se na classificação de trabalho improdutivo e trabalho produtivo. O trabalho das mulheres coloca-se majoritariamente no primeiro campo e, quando se inserem no segundo, os papéis sexuais são acionados quase sempre para lembrar o “seu lugar e o seu valor”.

No caso das trabalhadoras rurais, a unidade de produção familiar, como o próprio termo já informa, é um trabalho exercido pela família, e, portanto, elas não recebem reconhecimento pelas atividades exercidas mesmo que possuam jornada dupla ou tripla de trabalho. Segundo Moraes e Nascimento (2020, p.727),

Como as atividades femininas, em sua maior escala na unidade familiar, se destinam à produção para o autoconsumo e à reprodução da família, esse trabalho, além de não ser contabilizado, é desvalorizado, uma vez que não gera recursos financeiros.

Para Heredia (1979), a oposição masculino-feminino vai além de uma simples divisão de tarefas. Ela se expressa na oposição casa-roçado, que demarca o espaço do trabalho e do não trabalho no campo, distinguindo os lugares do masculino e feminino referentes a essa divisão. As atividades que se realizam no roçado, pelo fato de possibilitarem a produção de bens efetivos para o consumo familiar, são consideradas trabalho, em oposição àquelas vinculadas à casa, que não carregam este reconhecimento.

Na oposição entre o que é considerado feminino e masculino se origina a ideia de que quando as mulheres desempenham atividades agrícolas estão apenas “ajudando” seus maridos, pois acredita-se que aquele local não é seu ambiente de trabalho. Essa premissa também contribui para as jornadas de serviços exaustivas das mulheres, que possuem as mais diversas atribuições nas esferas de trabalho produtivo e improdutivo, porém dificilmente são reconhecidas e remuneradas adequadamente. Cunha (2023, p.18) expressa que:

A invisibilidade, a baixa remuneração e a ausência desta resultam da desvalorização das atividades produtivas e reprodutivas das mulheres, e determina o não reconhecimento delas como agricultoras familiares ou trabalhadoras rurais (Cunha, 2023, p.18).

Siliprandi (2015, p.101) ainda pontua que:

Embora a mulher trabalhe efetivamente no conjunto de atividades da agricultura familiar (incluindo a transformação de produtos e o artesanato), somente são reconhecidas, ainda assim com status

inferior, aquelas atividades consideradas extensão do seu papel de esposa e mãe (preparo dos alimentos, cuidados com os filhos, etc.) (Siliprandi, 2015, p.101).

Compreende-se, portanto, que no meio rural ainda prevalecem algumas concepções relacionadas ao trabalho reprodutivo ser destinado a mulher e o trabalho produtivo ser de responsabilidade do homem. Entretanto, quando analisamos o dia a dia das mulheres nas unidades de produção familiar, observamos que elas desempenham ambas as formas de trabalho. Segundo Silva e Portella (2010), elas são invisibilizadas enquanto trabalhadoras nos processos de produção e reprodução da agricultura familiar, reforçando, assim, os mecanismos que alimentam as desigualdades.

### **2.3. AGRICULTURA FAMILIAR**

O Brasil ocupa uma posição de destaque na produção mundial de alimentos, sendo a agricultura familiar a principal responsável por abastecer o mercado interno do país com alimentos sustentáveis. Segundo Torres e Silva (2016, p.11):

No Brasil, três a quatro décadas atrás, era praticamente desconhecida a expressão “agricultura familiar”. Quando começou a ser utilizada, não passava de uma expressão equivalente à “pequena produção”, “agricultura de baixa renda” ou até “agricultura de subsistência”, representando um julgamento prévio sobre o tamanho e desempenho econômico dessas unidades de produção. Com essa visão, as pesquisas e os estudos realizados acabavam por condenar o futuro desse segmento agrícola, visto que os números dos censos lhe atribuíam uma importância econômica cada vez menor.

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, tiveram início as primeiras reivindicações dos trabalhadores rurais, apoiados pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) e pela Campanha Nacional pela Reforma Agrária (CNRA). A luta se intensificou e foi ganhando visibilidade, entretanto, somente na década de 90, quando a expressão “agricultura familiar” emerge, eles começam a de fato conquistarem espaço (Schneider, 2003; Schneider *et al.*, 2004).

Desta forma, os produtores familiares são considerados uma categoria relativamente nova de agricultores. Entretanto, alguns autores como Garcia Júnior (2002) ressaltam a importância de lembrar que a criação dessa nova

classe de beneficiários de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento do meio rural não indica que essa categoria é, de fato, nova. A denominação “agricultor familiar” nada mais é do que uma forma diferente de nomear os “posseiros, pequenos proprietários, arrendatários de terra, sitiantes, lavradores, parceiros, etc” para que assim pudesse ser realizada e subsumida sob essa única rubrica conceitual.

De acordo com Grisa e Schneider (2015), foi somente a partir dos anos 2000 que o desenvolvimento da agricultura familiar foi levado como proposta intersetorialmente em diversos ministérios e posto em pauta em diversas políticas públicas diferenciadas, como por exemplo, o Programa Minha Casa Minha Vida Rural, Programa Mais Alimentos, Programa Luz para Todos, Programa de Aquisição de Alimentos e da reformulação do Programa Nacional de Alimentação Escolar.

Com o aumento do desenvolvimento e reconhecimento da agricultura familiar no território brasileiro, surgiu a necessidade da criação de uma legislação própria para este segmento, portanto, em julho de 2006 foi homologada a lei de número 11.326 que estabeleceu as diretrizes para a caracterização da Política Nacional da Agricultura Familiar e de Empreendimentos Familiares Rurais, além de defini-los como uma categoria social. A partir desse momento o empreendimento familiar

[...] deixa de ser visto apenas como um espaço ou fator de produção agrícola, passando a ser visto como um macro-organismo social, complexo e fortemente imbricado ao território por meio de suas relações de trabalho, produção e consumo (Silva, 2015, p. 33).

Segundo Silva e Mendes (2015, p. 229), “a produção familiar corresponde a uma unidade de produção agrícola onde há relações com o espaço e com as dinâmicas do sistema de trabalho, no vínculo entre a família e seu entorno sociocultural”. O vínculo familiar estabelecido pode ser de sangue ou matrimonial, além disso, outros critérios devem ser atendidos para que a agricultura seja considerada familiar, sendo eles:

I - Não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; III - tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo; IV - dirija

seu estabelecimento ou empreendimento com sua família (Brasil, 2006, s/p).

De acordo com a Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais e Agricultores e Agricultoras Familiares (2023), o Brasil conta atualmente com 23% das áreas agrícolas ocupadas por estabelecimentos rurais familiares e 3,9 milhões de organizações. Eles também são responsáveis por 23% do valor bruto da produção agropecuária e por 67% das ocupações rurais. Contribuindo para a diversificação econômica do País, corresponde a 40% da renda da população economicamente ativa e a dinamização econômica de 90% dos municípios com até 20 mil habitantes, que representam 68% do total.

### **2.3.1. Assentamentos de reforma agrária**

O Brasil é considerado uma das maiores potências mundiais nos setores agrícola e agropecuário. Utilizando-se do modelo convencional de cultivo de alimentos e produção animal, tem gerado grandes impactos ambientais e sociais. A exemplo disto, tem-se as grandes concentrações de terras em posse de poucos proprietários, um grave problema social que se perpetua desde a era colonial do país, e impossibilita que o potencial produtivo de toda a área seja explorado, desta forma, impedindo a concretização do dever social da terra.

A retenção de terras em poder de uma única pessoa contribuí de forma intensiva na ampliação da desigualdade social, aumenta a concentração de riquezas em posse de poucos fazendeiros, em alguns casos do próprio governo, enquanto centenas de famílias de agricultores vivem em situação de subsistência vendendo sua mão-de-obra por preços irrisórios a fim de ter recursos, por mais escassos que sejam, para alimentar suas famílias.

A redistribuição de terras, portanto, fez-se necessária. Na percepção de Silva (1997, p.1),

Desde a adoção do Estatuto da Terra, em 1964, ampliou-se o consenso em torno da noção de que fazer reforma agrária significa, antes de mais nada, redistribuir a propriedade da terra. A terra a ser redistribuída pode estar sob o domínio público (as chamadas terras devolutas), ou privado (Silva, 1997, p. 1).

A fim de contribuir para a mitigação dessa problemática, na Constituição Federal de 1988 foi institucionalizada a lei de nº8.629/1993, tendo como objetivo a regulamentação da reforma agrária no Brasil. O Instituto Nacional de

Colonização e Reforma Agrária (INCRA), criado em 1970, é o órgão responsável pela condução da execução dessa política agrícola, com o intuito de redistribuir terras para trabalhadores e trabalhadoras rurais, sem terra ou com pouca terra, para melhorar as condições de vida de suas famílias e explorar o potencial produtivo das propriedades antes dadas como improdutivas.

Os produtores e produtoras rurais residentes em terra de reforma agrária regulamentada pelo INCRA possuem lotes, que são divididos de acordo com a capacidade de produção de renda daquela área, para cultivar alimentos e criar animais para consumo próprio e venda do excedente. Esses agricultores e agricultoras são considerados assentados, pois residem em assentamentos de reforma agrária. O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA, 2020, s/p) define assentamento como:

Um conjunto de unidades agrícolas, instaladas pelo Incra em um imóvel rural. Cada uma dessas unidades, chamada de parcelas ou lotes, é destinada a uma família de agricultor ou trabalhador rural sem condições econômicas de adquirir um imóvel rural. A família beneficiada deve residir e explorar o lote, com o desenvolvimento de atividades produtivas diversas. A quantidade de lotes ou parcelas num assentamento é definida a partir de estudo de capacidade de geração de renda do imóvel. O estudo aponta a destinação agropecuária dos lotes, a quantidade de famílias assentadas, a viabilidade econômica da exploração, a disponibilidade de água e outras condições com impacto na capacidade produtiva. O tamanho e a localização de cada lote são determinados pela geografia do terreno e pelas condições produtivas que o local oferece. As habitações podem ser construídas em cada lote ou em área coletiva com instalação de uma agrovila. O assentamento tem também áreas de uso comunitária e para construção de estruturas coletivas, como igrejas, centros comunitários, agroindústrias, escolas, unidades de saúde e áreas esportivas. Toda área de reforma agrária tem ainda locais de preservação ambiental, como reserva legal e área de proteção permanente (INCRA, 2020, s/p).

Os agricultores assentados possuem como foco de produção o sustento familiar e a mão-de-obra é constituída predominantemente pela própria família, portanto, são considerados uma categoria da agricultura familiar, que possui sua definição legal por via da lei 11.326/2006. Segundo o INCRA (2020), o Brasil conta hoje com 9.443 mil assentamentos e 974,2 mil famílias assentadas abrangendo uma área aproximada de 87.953.588 hectares.

São milhares de famílias comprometidas com a produção de alimentos sustentáveis, semeando nas terras antes dadas como improdutivas e preservando a biodiversidade, o bem-estar do produtor e do consumidor,

abastecendo a mesa da população brasileira com alimentos e animais de qualidade produzidos com preocupação ambiental e consciência social.

### **2.3.2. Agroecologia e feminismo**

A agroecologia pode ser definida como:

Uma ciência, prática e movimento social que visa promover práticas agrícolas que são ambientalmente sustentáveis e socialmente justas — é do interesse de comunidades rurais com poucos recursos não só porque é uma solução de base acessível e disponível, mas também porque desafia as dinâmicas de poder no atual regime agroalimentar explorador e opressivo. Ao promover a integração das ciências sociais, biológicas e agrícolas com o conhecimento tradicional e cultural, a agroecologia é localmente adaptável a um contexto específico e refinada através da experimentação participativa da produção agrícola (Seibert *et al.*, 2019, p. 44).

A agroecologia transcende o conceito de produzir de forma sustentável apenas isentando o alimento de agrotóxicos e dispensando o monocultivo, ela compreende a sustentabilidade ambiental como algo além da preservação dos recursos naturais, partindo da premissa de que o ser humano também deve ser cuidado e respeitado assim como todo ambiente que o cerca. Na perspectiva de Ferreira *et al.* (2020, p. 3),

Na compreensão que nós temos da agroecologia, as mulheres fazem parte desse ambiente. Sem a participação efetiva delas, não tem agroecologia. Pode até ser uma produção orgânica, mas a agroecologia é a integração de todos os seres vivos. As mulheres precisam ter o seu espaço de decisão, poder dizer o que plantar, como, onde, para quê.

Diferentemente do que se acreditava há três décadas, o segmento agrícola dos pequenos produtores possui grande relevância não só econômica como social. De acordo com Schneider *et al.* (2020, p. 249), “o rural não é apenas um espaço de produção, ele é palco de multifuncionalidades e pluriatividades, além das relações sociais existentes”. A luta por igualdade e liberdade tem tomado proporções maiores no campo, um ambiente que por décadas se perpetuou todo tipo de exclusão, abuso e opressão agora é referência nas lutas sociais e palco de inúmeras transformações. Motta (2021, p. 3) defende que

Hoje temos fortes indicadores do que queremos da agroecologia, aqui no Brasil nossos lemas: “Sem feminismo não há agroecologia”, “Se tem racismo não tem agroecologia”, “e tem LGBTQfobia não tem Agroecologia”, indicam que vencer as desigualdades e opressões

sociais impostas pelo sistema capitalista é para o movimento agroecológico, especialmente para as mulheres, fato crucial para existir agroecologia. Visibilizando processos violentos que antes eram normalizados também dentro do campo agroecológico, as mulheres vem complexificando o entendimento do que é agroecologia e deslocando autores que antes eram considerados centrais para um momento histórico já ultrapassado (Motta, 2021, p.3).

Dentre os diversos segmentos do feminismo, um se destaca quando se estuda o meio rural: o camponês. Nesse sentido, Táboas (2018, p.124) o define:

Feminismo Camponês Popular é o nome atribuído à construção de um projeto político essencialmente vinculado à realidade concreta e cotidiana das mulheres camponesas latino-americanas, uma prática política em constante construção que se apoia em um tripé – organização popular, formação política e luta de massas – e tem como horizonte a libertação das mulheres e do povo latino-americano, entendendo que esta é uma realização coletiva, não uma tarefa para ser cumprida individualmente (...) Reflete fundamentalmente as práticas diárias de resistência à dominação-exploração patriarcal-racista-capitalista protagonizada por mulheres camponesas latino-americanas (Táboas, 2018, p. 124).

Segundo a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO, 2014), as mulheres rurais são as responsáveis por mais da metade da produção de alimentos do mundo. Além disso, as agricultoras são pioneiras quando se trata de produzir de forma sustentável, Silipradi (2015, p. 27) afirma que:

São as mulheres quem primeiro defendem a conversão das propriedades para modelos mais sustentáveis, em função das suas preocupações com a saúde e alimentação das pessoas e com a preservação do ambiente. Ao contrário do que se possa afirmar o senso comum, este maior engajamento das mulheres nos processos de conservação ambiental não se dá por uma suposta essência maternal e cuidadora, e sim por uma construção social (Silipradi, 2015, p. 27).

Na percepção de Ferreira (2015), a contribuição das mulheres para a agroecologia é de valor imensurável, são elas as guardiãs da biodiversidade, responsáveis por contribuírem para a preservação das variedades de sementes, da soberania e segurança alimentar de seus povos. Nesse aspecto, a relação das mulheres com as sementes é histórica, desde os primórdios da agricultura, no ato da seleção, domesticação e cultivo. De acordo com Moreira (2019, p. 70),

[...] as mulheres que constroem a agroecologia desde os seus quintais, suas hortas, seus roçados, seus movimentos gritam por seu direito de ter poder de decisão sobre sua vida e sua produção: assim, afirmam que sem autonomia das mulheres não há agroecologia.

De acordo com Pellegrini *et al.* (2023, p. 3), “sob o enfoque feminista, compreendemos o empoderamento como sinônimo de emancipação social, desenvolvendo-se em um contexto de mudança social e desenvolvimento político, promovendo equidade e qualidade de vida”. Desta forma, é possível afirmar que a agroecologia tem sido uma ferramenta de empoderamento para milhares de agricultoras, que juntas lutam para que seus direitos enquanto sujeitos sociais sejam garantidos.

### **2.3.3. Quintais produtivos e conhecimento ancestral**

A produção em pequena escala de diferentes espécies de plantas e animais é uma das principais características da agricultura familiar de base agroecológica, enquanto os grandes produtores de terra utilizam o monocultivo como modelo de agricultura os pequenos proprietários priorizam o policultivo.

Um exemplo disso são os quintais produtivos, segundo Soares (2020, p. 15), “os quintais produtivos fazem parte do dia a dia da agricultura familiar, ter uma pequena horta, pomar e alguns animais perto da casa é uma prática usual desses agricultores e agricultoras”. A autora complementa sua fala com a seguinte afirmação:

Os quintais produtivos são espaços multifuncionais bastante presentes no contexto da agricultura familiar. Esses espaços apresentam nas produções das famílias agricultoras suas características culturais, por meio de técnicas específicas e também de plantas regionais capazes de garantir a segurança alimentar das famílias (Soares, 2020, p. 15).

A manutenção da criação animal e vegetal no quintal de casa é recorrentemente de encargo das mulheres, em decorrência da divisão sexual do trabalho onde a criação dos filhos, cuidado da residência e seus arredores é visto como uma responsabilidade atribuída ao sexo feminino. Nos estudos realizados por Leal *et al.* (2020, p.15):

Os principais resultados encontrados indicam que os quintais são lugares da agroecologia, e esta valoriza a produção de alimentos a nível doméstico, e a partir dessa produção, possibilita sociabilidades menos desiguais no campo, com relação a gênero, além de favorecer a segurança e soberania alimentar local. As agricultoras detêm grande parte dos conhecimentos tradicionais, sendo responsáveis pela transmissão de saberes para as gerações seguintes e contribuindo para a manutenção da cultura local (Leal *et al.*, 2020, p.15).

As mulheres rurais são detentoras não somente de saberes milenares, repassados de geração em geração pelo conhecimento empírico, como também são guardiãs de sementes crioulas e de animais caipiras que representam a base da agrobiodiversidade. Elas compartilham essas sementes com suas vizinhas e assim possibilitam a resistência dessas espécies que caminham para a extinção.

Segundo Moreira (2019), a valorização das sementes crioulas está intimamente relacionada à defesa da soberania alimentar, conceito difundido internacionalmente pela Via Campesina desde 1996. Essa soberania implica o direito das populações de produzir e consumir seus próprios alimentos com autonomia em todas as etapas do processo produtivo, tendo nas sementes crioulas um símbolo da resistência à homogeneização imposta pela Revolução Verde.

Para além disso, as agricultoras possuem vasto conhecimento relacionado à utilização de plantas medicinais; na percepção de Costa e Marin (2023, p.2):

O uso das plantas medicinais e os saberes construídos nessa temática têm despertado bastante interesse na comunidade acadêmica. Os saberes populares relacionados a esse tipo de planta também são focos de diversos estudos etnofarmacológicos, assim como as práticas populares de saúde. Estas práticas, que se relacionam com a noção de cuidado, são predominantemente de domínio feminino em função da divisão sexual do trabalho instituída pela ordem patriarcal. Desta forma, muitos destes saberes estão historicamente sob domínio das mulheres, sendo transmitidos entre sucessivas gerações. [...] essas memórias trazem as formas de aprendizado a partir da prática no cotidiano da vida no campo, os modos de apropriação dos saberes, as relações com a natureza carregados de significados, sentidos e afetos, parecendo trazer uma concepção ecológica própria.

Os quintais produtivos são constituídos de diferentes espécies com variados períodos de colheitas e finalidades, desde a produção de frutas da estação até verduras e plantas para uso medicinal. Segundo Abebe *et al.* (2010, p. 305) isso é “considerado uma estratégia dos agricultores para atender às suas necessidades de subsistência e financeiras”, nesta perspectiva, compreende-se que as agricultoras além de se preocuparem em suprir as diversas necessidades nutricionais da família, se atentam para a necessidade de ter mercadoria para comercializar durante todo o ano.

Os conhecimentos, alimentos e animais produzidos nos quintais produtivos e repassados para os vizinhos, moradores da cidade, filhos e netos possuem alto impacto social e cultural. Nas palavras de Ibdaiwi (2023, p. 9), “grupos familiares de pequenos agricultores, que comercializam seus produtos, que compartilham suas histórias e seus saberes, herdados de outras gerações, fornecem muito mais do que alimentos, e sim trocas de saberes”, sendo as mulheres agricultoras quem mais se dedicam a cuidar e a guardar as produções e os conhecimentos ancestrais.

### 3. METODOLOGIA

#### 3.1 Local de realização da pesquisa

O projeto foi executado de 05 de setembro de 2022 a 31 de julho de 2023 no Assentamento Dom Hélder Câmara, localizado na cidade de Murici - AL, região da Zona da Mata de Alagoana. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a Região Metropolitana da Zona da Mata de Alagoas é composta pelos seguintes municípios: Branquinha, Campestre, Colônia Leopoldina, Flexeiras, Ibateguara, Jacuípe, Joaquim Gomes, Jundiá, Matriz de Camaragibe, Murici, Novo Lino, Porto Calvo, Santana do Mundaú, São José da Laje, São Luis do Quitunde e União dos Palmares (Brasil, 2020, s/p).

Imagem 1: Registro aéreo do Assentamento Dom Helder Câmara.



Fonte: Bruno Andrade, 2023.

#### 3.2 Coleta de dados

Para a realização da coleta de dados foi elaborado um roteiro com dezessete perguntas, utilizado como base para a execução das entrevistas. A escolha por tal opção metodológica se deve ao fato da entrevista ser “uma forma de interação social. Mais especificamente, é uma forma de diálogo assimétrico, em que uma das partes busca coletar dados e a outra se apresenta como fonte de informação” (Gil, 1999, p. 117).

Para fins deste estudo, utilizamos a entrevista narrativa que, segundo Schütze (1987), parte do princípio de que a narração está mais propensa a reproduzir em detalhes as estruturas que orientam as ações dos indivíduos. A entrevista narrativa busca romper com a rigidez imposta pelas entrevistas estruturadas e gerar textos narrativos sobre as experiências vividas, que, por sua vez, nos permitem identificar as estruturas sociais que moldam essas experiências.

Os encontros foram realizados sempre com as mulheres adultas da família e, preferencialmente, sozinhas. Em alguns casos, seus esposos e/ou filhos e filhas optaram por permanecer próximos, em ambos os casos isso ocorreu pois eles precisavam de atenção especial por parte dessas mulheres.

Todas as entrevistas foram guiadas pela autora deste trabalho com a ajuda de sua equipe para a realização das filmagens, que era responsável por controlar o celular e o microfone que estavam sendo utilizados para as gravações. É importante salientar que em nenhum momento as entrevistadas demonstraram desconforto em relação à equipe que estava presente, elas ficaram à vontade e interagem com todos, demonstrando confiança e compartilhando livremente suas histórias.

Imagem 2: Registro realizado durante uma entrevista.



Fonte: Sofia Ramos, 2023.

Os critérios de inclusão para este estudo foram: ser do sexo feminino, residir no Assentamento Dom Helder Câmara, não possuir restrições na fala, estar em gozo das faculdades mentais. Para seleção das entrevistadas utilizamos a técnica de snowball sampling (amostragem por bola de neve) ou snowball, que se constitui em:

[...] uma forma de amostra não probabilística utilizada em pesquisas sociais onde os participantes iniciais de um estudo indicam novos participantes que por sua vez indicam novos participantes e assim sucessivamente, até que seja alcançado o objetivo proposto [...] Portanto, a snowball (“Bola de Neve”) é uma técnica de amostragem que utiliza cadeias de referência, uma espécie de rede (Baldin; Munhoz, 2011, p. 332).

O primeiro contato com o Assentamento Dom Helder Câmara ocorreu no dia 05 de setembro de 2022, nessa ocasião conversamos com a líder da comunidade a respeito da história local e das mulheres residentes. No total, foram realizadas cinco entrevistas, onde as participantes responderam a dezessete perguntas, as quais foram realizadas nos dias 17 e 26 de janeiro de 2023.

As entrevistas objetivaram conhecer e analisar as representações e os valores das mulheres sobre seu papel na agricultura familiar; investigar as experiências das mulheres sobre seus trabalhos no campo; e compreender as atuações e funções exercidas pelas mulheres nas esferas pública e privada.

### **3.3 Roteiro de entrevista**

O roteiro concebido para a realização das entrevistas aborda questões como: chegada ao assentamento, início do trabalho com agricultura, rotina, saberes/conhecimentos sobre o uso da terra e plantações, percepções sobre a receptividade da mulher a novas formas de plantio e tecnologias, situações de desigualdade de gênero, experiências no assentamento, compreensão sobre as funções exercidas pelas mulheres em assentamentos e na sociedade como um todo, direitos garantidos às agricultoras, participação em movimentos sociais e sindicatos, bem como relações com a religião e lazer (Apêndice 1).

### **3.4 Termos de autorização**

Por fim, é importante ressaltar que todas as participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), conforme preconizam os preceitos éticos da realização de pesquisas científicas, de acordo com as prerrogativas da resolução 466/12 da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) e o Termo de Autorização de Imagem e Som (TAIS).

Imagem 3: Registro realizado durante a assinatura dos termos.



Fonte: Sofia Ramos, 2023.

## 4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

### 4.1 Perfil das participantes

Com os dados obtidos nesta pesquisa, podemos traçar o perfil das entrevistadas (Tabela 1) da seguinte maneira: a idade das mulheres concentrou-se entre 40 e 71 anos, a maioria (40%) tiveram 8 filhos, e a maior quantidade de filhos registrada foi de 10. No que se refere ao estado civil, 40% das entrevistadas são solteiras, 40% viúvas e 20% casadas. Quando questionadas sobre suas posições na família, 60% relataram serem chefes de família, 20% possuem chefia compartilhada e 20% se declararam como membros.

### 4.2 Sobre estudos e trabalho

Quanto ao grau de escolaridade, 40% revelaram não serem alfabetizadas, 20% têm o ensino fundamental incompleto e 40% estão cursando o Ensino Médio na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA) integrado ao curso Técnico em Alimentos no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia De Alagoas - Campus Murici.

Em relação a quanto tempo elas trabalham com agricultura familiar, 40% responderam que iniciaram na produção de alimentos após suas chegadas ao assentamento e 60% alegaram trabalhar desde a infância, adquirindo seus conhecimentos a partir dos ensinamentos de familiares bem como também com a visualização de como eles realizavam as tarefas. Podemos visualizar melhor o perfil das participantes da tabela 1:

Tabela 1: Perfil das agricultoras entrevistadas.

<b>Idade</b>	<b>Estado Civil</b>	<b>Escolaridade</b>	<b>Quantidade de Filhos</b>	<b>Posição na Família</b>	<b>Religião</b>
Quarenta	Solteira	3º ano do Ensino Fundamental	Um	Membro	Católica
Setenta e cinco	Casada	Não alfabetizada	Dez	Chefe de Família	Católica
Sessenta e quatro	Viúva	2º ano do Ensino Médio Técnico em Alimentos	Oito	Chefe de Família	Católica

Setenta	Viúva	Não alfabetizada	Oito	Chefe de Família	Católica
Cinquenta	Casada	2º ano do Ensino Médio Técnico em Alimentos	Dois	Chefia compartilhada	Protestante

Uma das variáveis observada durante esta etapa da entrevista consiste em que, para algumas mulheres, era necessário escolher entre os estudos e o trabalho no campo, fato embasado na alta porcentagem de mulheres entrevistadas que não são alfabetizadas ou não possuem o ensino fundamental completo, evidenciando que quando foi necessário escolher entre os estudos e o trabalho, suas ocupações foram priorizadas, frequentemente essa escolha lhes foi negada e a deliberação coube aos seus responsáveis. Pode-se destacar a seguinte fala da entrevistada 4:

*Disseram pra minha mãe "bota essa menina pra estudar" e ela dizia "rapai ela vai é trabaíá, eu vou ensinar ela a trabaíá, porque amanhã ou depois eu morro e ela vai fazer o que?" Aí a leitura de antigamente era essa, a enxada né (Entrevistada 4).*

Ao analisar o contexto social de vulnerabilidade das entrevistadas, em especial durante suas infâncias, compreende-se a escolha dos responsáveis por optarem em ensinar a trabalhar ao invés de designarem seus filhos a estudarem. Entende-se que o trabalho no campo, na perspectiva como fonte de sobrevivência, obtém retorno imediato quando comparado aos estudos, que possuem resultados financeiros obtidos somente a longo prazo. Na fala da entrevistada 5 brevemente destacada pode-se observar o impacto que a agricultura detém ao longo de toda sua trajetória de vida:

*Desde pequenininha meu estágio foi a roça, minha escola foi a roça, foi a casa de farinha, foi tira goma, foi fazer beiju, foi fazer farinha. Então o que eu sei hoje, que quando tudo aperta assim na vida, é quem nos dá suspiro, é a roça, certo. Daqui eu como, daqui eu visto, entendeu, a roça me proporcionou vida (Entrevistada 5).*

#### **4.3 A conquista do lote e a chegada ao assentamento**

Em relação à chegada ao assentamento, 80% afirmaram estar desde o início da ocupação das terras que foi organizada pela CPT (Comissão Pastoral da Terra) e as demais adquiriram seus lotes através da compra (Tabela 2). Podemos ressaltar a seguinte fala da entrevistada 4 sobre o momento em que soube que haveria ocupação:

*Um conhecido nosso disse "tão dizendo que tão pegando terra, tão dando o nome na igreja". Eu falei oxente, que isso, e ele disse "num seio, tão dando o nome, o povo lá" eu disse eu vou, ele disse "tu vai". Aí eu cheguei e disse pro meu marido, óia, tão dizendo que tão dando o nome na igreja pro povo pegar terra e eu vou, ele disse "tu é doida é" eu disse não, eu vou, ele disse "vai e fique lá" e eu disse fico mesmo "é porque com certeza você vai ficar lá mai o povo, mai os homi" eu disse "rapaz, eu não sei como é história, eu vo vê comê que é" e fui mim bora (Entrevistada 4).*

Também é notável neste relato a relevância e protagonismo que essas mulheres possuem na tomada de decisões para a conquista da terra, mesmo com toda desconfiança de seu parceiro ela persistiu e conquistou seu lote, onde atualmente ambos residem e compartilham. Em outras entrevistas pode-se observar que esta motivação, em parte, vem da preocupação com o bem-estar da família e principalmente dos filhos, como destacado no trecho a seguir da entrevistada 3:

*Eu fui lá na igreja e falei com o padre Alex né, aí eu disse "ô padre, eu queria acampar, eu disse que queria acampar, eu não tenho uma casa pra morar, não tenho, não tenho uma casa onde eu boto meus filhos, eu queria acampar" [...] hoje eu tenho minha casinha pra morar né, que eu não tinha né, não tinha uma casa para colocar meus filhos debaixo, hoje eu tenho uma casa para morar, tenho o que comer, tem meu salarinho daqui, tenho que vender, tenho que dar, comer e não me fazer falta (Entrevistada 3).*

Tabela 2: Formas de aquisição do lote.

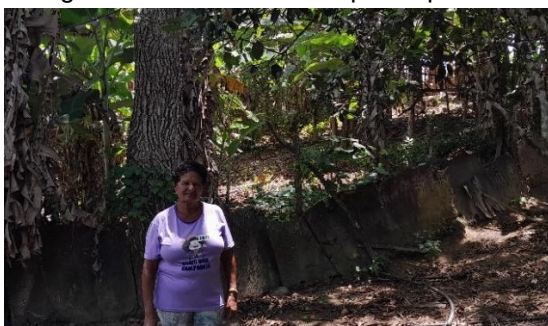
Herança	0%
Compra	20%
Reforma Agrária	80%
Crédito Fundiário	0%
Outro	0%

Fonte: Autora, 2023.

A mulher exerce um papel de grande importância na agricultura familiar, como observado nos resultados encontrados, suas práticas diárias são para além das consideradas de dona de casa. Existe um forte protagonismo dessas mulheres em todos os âmbitos, portanto, na percepção de Zuse (2022, p.10):

Outro aspecto que deve ser considerado quando se aborda a importância do papel da mulher dentro das propriedades rurais, vai além da questão produtiva, principalmente quando se fala da agricultura familiar, trata-se das questões culturais, e ligados ao bem-estar da família. São as mulheres que se preocupam além do econômico, com a produção de alimentos para o consumo, as hortas, os pomares, o cuidado com as plantas bioativas, sempre passam pelos cuidados das matriarcas da família.

Imagem 4: Entrevistada no quintal produtivo.



Fonte: Autora, 2023.

Imagem 5: Entrevistada no quintal produtivo.



Fonte: Autora, 2023.

#### 4.4 Participação em movimentos sociais, sindicais e associações

No que concerne à participação dessas mulheres em movimentos sociais, sindicais e associações, constata-se que a maioria participa do Movimento das Mulheres Camponesas (MMC), Sindicato de Agricultura Familiar e da Associação Mulheres do Dom. Na perspectiva da entrevistada 2, a importância de ocupar esses espaços consiste na relevância das mulheres serem mais vistas na sociedade como agricultoras. A entrevistada 5 detém um ponto de vista semelhante, afirmando que “a cidade só nos vê se a gente ocupa os espaços”, indicando também que é nas cidades onde elas podem buscar por melhorias enquanto agricultoras.

De acordo com Cardoso e Pinto (2020, p. 3),

A ação das mulheres rurais em movimentos políticos revela-se um processo dinâmico, de múltiplas experiências e significados, resultante

da formação de identidades coletivas e políticas num campo de instabilidades e tensões. Nesses campos são reproduzidos as desigualdades e o poder que favorecem a negação das mulheres como sujeitos políticos e que insistem em silenciá-las e torná-las submissas (Cardoso; Pinto, 2020, p. 3).

Imagem 6: Registro da entrevistada.



Fonte: Acervo pessoal da entrevistada.

Imagem 7: Registro da entrevistada.



Fonte: Acervo pessoal da entrevistada.

#### 4.5 Desigualdade de gênero no campo

Quanto às situações de desigualdade de gênero relatadas pelas mulheres, foram recorrentes as queixas de não terem seus posicionamentos respeitados pelos irmãos e também em reuniões do assentamento, tendo também ocorrido circunstâncias de elas ouvirem dessas pessoas que “você é mulher, o que entende disso?”, evidenciando o fato da desigualdade de gênero no campo ainda ser assídua.

Em contrapartida, outras mulheres já começam a observar uma lenta mudança em relação a essas desigualdades, em parte essa transformação está atrelada ao fato de que cada vez mais as agricultoras estão ocupando posições de liderança. A entrevistada 5 relata que:

*Na comunidade hoje tá menos, mas quando eu fui ser presidente mesmo eu só tive um voto masculino, então isso foi uma forma de preconceito.* (Entrevistada 5).

Na concepção de Mesquita (2013, p. 71):

No meio rural, essa situação é mais evidente comparada ao meio urbano, pois as relações de gênero marcadas pela divisão sexual do trabalho, sendo passadas de geração em geração, ainda se encontram naturalizadas no viver de vida de muitas famílias agricultoras. E mesmo nas situações em que homens e mulheres realizam trabalhos semelhantes, estes obtêm reconhecimentos distintos, de acordo com os papéis sociais que lhes são atribuídos. Geralmente, os papéis dos homens são mais valorizados e recompensados que os das mulheres. Nessa divisão do trabalho, prevalece uma desvalorização da capacidade feminina em relação ao masculino.

Nota-se que, apesar do preconceito ainda ser muito presente no campo, a participação em movimentos sociais tem influenciado na quebra desse paradigma e no combate à desigualdade de gênero. No trecho destacado a seguir de uma entrevista, a participante 4 discorre sobre a relação de gênero e movimentos sociais:

*Os homens também gostam de querer ser mais, mais, mais, e a gente sempre nunca tem valor, a gente trabalha, lava roupa, a gente amanhece o dia toma conta de casa, vai pra roça, vai pras contas que nem diz a história, que hoje não tem mais por aqui mas por esses canto que tem usina ainda tem né, aí faz tudo mas não tem valor, sempre não tem, aí tamo tendo, eu mesmo depois que eu entrei aqui no movimento sem terra, pra mim eu sinto que mudou muito, um bocado de coisa* (Entrevistada 4).

#### **4.6 Importância das funções exercidas por mulheres**

A respeito das percepções de importância das funções exercidas pelas mulheres em assentamentos e na sociedade, identifica-se que para elas é valiosa a realização dessas funções por outras mulheres, elas se sentem acolhidas e compreendidas quando, por exemplo, são atendidas por uma médica mulher, quando se posicionam no assentamento em relação a alguma tomada de decisão e são apoiadas por outras agricultoras.

Além disso, também foi aludido a respeito de que, com a oportunidade de poder desenvolver qualquer função que desejar, muitas mulheres conquistam sua independência, se tornando protagonistas de suas próprias histórias e impactando a vida de outras. No trecho destacado da entrevistada 2, nota-se que, na concepção dela exercer uma profissão é importante na vida das mulheres:

*Para elas não ficarem submissa, só depender do marido, só posso fazer aquilo se eu tiver com meu marido de lado, depender financeiramente, de ter seu autoestima sem ser dependente, trabalhando do seu punho, ganhando com a sua própria formação, seu próprio esforço (Entrevistada 2).*

Segundo Pellegrini *et al.* (2023, p. 3), “O autoconhecimento e a autoestima são essenciais na construção de conhecimentos emancipatórios”. Desta forma, podemos afirmar que a entrevistada 2 tem uma visão muito assertiva em relação ao trabalho e sua relação com o desenvolvimento da autoestima, além de sua contribuição para a emancipação da mulher.

As mulheres vêm conquistando espaço nos mais diversos setores da sociedade, segundo Sá (2022, p.12):

Isso ocorre porque as mulheres têm criado uma maior coragem e se unido para enfrentar estas diferenças impostas e buscando não mais aceitá-las como acontecia antigamente, não só pela imposição da sociedade, mas também dentro das suas próprias famílias, que criavam as mulheres somente para cuidar da casa, dos seus maridos e de seus filhos quando saíssem da casa dos pais.

#### **4.7 Saberes e conhecimentos sobre agricultura**

No que se refere aos saberes e conhecimentos que são essenciais para as agricultoras terem bom desempenho produtivo em suas propriedades, as respostas em sua maioria foram relacionadas a ter boa compreensão sobre o uso da terra, tendo como exemplo a indicação de práticas como a rotação de cultura, além de produzir de forma orgânica e agroecológica. A entrevistada 5 em sua fala salienta que:

*Pra trabalhar na terra é essencial amar a terra, a primeira coisa é essencial amar a terra, quando você ama você cuida, então pra trabalhar na terra*

*é preciso amar a terra, né, ser agroecológica. Em todo tempo a gente tem que ter essa noção de agroecologia. Minha avó não sabia o que era agroecologia, mas ela amava a terra, ela cuidava, ela tinha o tempo de descanso, eu não sabia, mas hoje eu sei que isso é agroecologia (Entrevistada 5).*

Conforme aponta Franchini *et al.* (2011, p. 8),

Os benefícios da rotação de culturas sobre a qualidade do solo, bem como sobre a dinâmica de pragas, doenças e plantas daninhas, resultam em aumentos na produtividade de todas as culturas econômicas envolvidas no sistema de produção, podendo ainda reduzir os custos de produção pela racionalização do uso de insumos.

Portanto, é possível indicar que as agricultoras adotam práticas de plantio que se destinam a conservar o solo e as consideram saberes essenciais para ter uma boa produção.

#### **4.8 Receptibilidade às novas tecnologias agrícolas**

Quando questionadas se as mulheres possuem maior receptividade a novas formas de cultivo, a resposta “sim” foi unânime. A entrevistada 5 discorre sobre essa temática com a seguinte resposta:

*Sim, não que a gente, que nós mulheres não goste de dinheiro, gostamos sim, mas a gente tem aquele lado né, poxa, eu vou matar a terra, se eu matar a terra como que eu vou produzir, né. A revolução verde, ela devastou a mente das pessoas tornando elas capitalistas, e as mulheres são mais receptivas, tem homens super receptivos, mas as mulheres são mais. A gente cuida melhor da semente, a gente guarda a nossa semente, a gente também é mais fácil na hora da troca (Entrevistada 5).*

O trecho citado anteriormente também nos remete a outra função atribuída as mulheres, a troca. As agricultoras, em sua maioria, cultivam em seus quintais produtivos os mais diversos tipos de alimentos e conhecimentos, são elas as guardiãs e responsáveis por passar adiante as sementes e saberes.

É possível relacionar a prática de transmitir os saberes tradicionais à ancestralidade dessas mulheres. A formação dos assentamentos de reforma agrária costuma reunir uma quantidade considerável de pessoas que tem origem

indígena e quilombola, o ato de transmitir informações oralmente está muito atrelado à cultura desses povos. A entrevistada de número 2, quando questionada sobre seu início na agricultura familiar, trouxe a seguinte fala:

*Eu sou neta de agriculto, filha de agriculto, descendente de índio, a minha avó era índia, então a minha formação de agricultora e já de, dos tempos de avó, bisavó, tataravó, tudo era agriculto (Entrevistada 2).*

Imagem 8: Entrevistada e sua produção.



Fonte: Acervo pessoal da entrevistada.

Imagem 9: Entrevistada em seu roçado.



Fonte: Acervo pessoal da entrevistada.

#### **4.9 Impactos da revolução verde e do capitalismo na agroecologia**

Além do conhecimento prático de plantio e cultivo, as agricultoras demonstraram conhecimento acerca de temáticas como a revolução verde, evento impulsionado pelo capitalismo que transformou a forma da produção de alimentos em todo o mundo, garantindo maior produtividade e crescimento econômico, em sua maioria aos grandes produtores, e que em contrapartida tem se mostrado um grande vilão do manejo sustentável de agroecossistemas e dos pequenos produtores. Podemos perceber isso na fala em destaque da entrevistada 5:

*Eu digo que o capitalismo não tem nada a ver com agroecologia, precisamos de dinheiro, sim, mas numa visão não capitalista, não de eu pisar no outro, não de eu não se importar com o alimento que o outro tá comendo, eu vender sabendo que o outro tá se envenenando (Entrevistada 5).*

#### 4.10 Produção vegetal e animal

A produção de alimentos comercializados por essas agricultoras, em sua maioria, consiste em: laranjas, feijão, abacaxi, macaxeira, milho, batata, inhame, coentro, cebolinha, tomate, banana, jaca, maracujá, acerola e açaí. A criação animal compõe-se de: galinhas, patos, vacas, cabras, ovelhas e perus (Tabela 3).

Tabela 3: Produção vegetal e animal das agricultoras.

<b>Produção Vegetal</b>	<b>Produção Animal</b>
Laranjas	Galinhas
Feijão	Patos
Abacaxi	Vacas
Macaxeira	Cabras
Milho	Ovelhas
Batata	Perus
Inhame	-
Coentro	-
Cebolinha	-
Tomate	-
Banana	-
Jaca	-
Maracujá	-
Açaí	-
Acerola	-

Fonte: Autora, 2024.

#### 4.11 Participação em feiras livres

O escoamento desses produtos é realizado principalmente em feiras no centro urbano, tanto na localidade de Murici quanto em Maceió, capital alagoana. As principais feiras citadas foram: feira da Semar, feira de Murici e feira do Tabuleiro.

A participação em movimentos sociais, na produção de alimentos e animais, nas feiras e em posições de liderança estão atrelados um ao outro, e a

junção de todos esses fatores tem contribuído para a emancipação das mulheres agricultoras. Segundo Clemente *et al.* (2020, p. 4):

As mulheres participam ativamente do Movimento de Mulheres Camponesas e foram as maiores responsáveis pela implantação e consolidação das feiras, incentivando a organização dos assentamentos na produção de alimentos agroecológicos e orgânicos, exercendo posições de liderança e promovendo ações construtivas no processo de apropriação do estilo de vida camponês, defendem as sementes crioulas, a preservação da biodiversidade, a cultura popular e a soberania alimentar.

Imagem 10: Animais criados pela entrevistada. Imagem 11: Animais e produção da entrevistada.



Fonte: Autora, 2023.



Fonte: Autora, 2023.

#### 4.12 Participação em programas do governo

O escoamento dos alimentos produzidos no assentamento também se dá através da participação na venda direta. A entrevistada 5 relata que é importante ocupar espaços, entre eles na PNAE e PAA:

*Você só é visto quando você ocupa, então a cidade só nos vê se a gente ocupar os espaços. Então é lá que eu reivindico melhoria na saúde, melhoria na alimentação escolar, é conversando com a nutricionista dizendo a ela que o alimento melhor é o nosso, entendeu, é a participação na venda direta do PNAE e o PAA (Entrevistada 5).*

De acordo com Petarly (2021, p. 25), dentre as políticas públicas criadas para incentivar a agricultura familiar,

Podemos listar o PAA, que compra produtos diretamente da agricultura familiar com licença de processos licitatórios e faz a doação simultânea dos alimentos para entidades que atendem pessoas em situação de vulnerabilidade social, e o PNAE que, ao ser reformulado em 2009, obriga que os municípios adquiram, no mínimo, 30% dos produtos da merenda escolar de agricultores familiares ou seus empreendimentos coletivos. Anteriormente, por haver entraves burocráticos que inviabilizavam a participação dos agricultores, como emissão de nota fiscal, possuir CNPJ e atender critérios rígidos de inserção ao mercado, os principais fornecedores da merenda escolar eram os grandes empresários e redes supermercadistas. Aos agricultores familiares eram direcionadas apenas as feiras municipais, o comércio nas ruas e a comercialização via atravessadores (Petarly, 2021, p. 25).

Em suma, as agricultoras que participaram dessa pesquisa mostraram-se ativas na produção, na comercialização e nas reivindicações de seus direitos enquanto mulheres e produtoras rurais. Trabalhando com respeito à natureza e aos seres que nela residem, elas emergem como protagonistas de suas histórias e contribuem para esse setor tão importante na economia do país.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização desta pesquisa possibilitou uma breve avaliação do papel das mulheres no assentamento Dom Helder Câmara, localizado na região da Zona da Mata Alagoana; com a realização das entrevistas obtivemos informações que contribuíram para um trabalho pautado na realidade local dessas agricultoras e suas vivências.

Através da narrativa de cinco entrevistadas, pudemos compreender as atuações e funções exercidas pelas mulheres no âmbito rural, em específico na agricultura familiar, onde nota-se que os papéis protagonizados por elas vão muito além do de dona de casa, elas também são responsáveis pela criação dos filhos, cuidado com seu parceiro, dos animais, do roçado, quintais produtivos, finanças e comercialização dos produtos. Elas atuam simultaneamente no campo reprodutivo e produtivo do trabalho.

Não o bastante, essas mulheres também são ativas em movimentos sociais, sindicatos e associações, mostrando a importância desses movimentos para o empoderamento feminino, muitas afirmam que com a participação em movimentos sociais têm notado a redução da desigualdade de gênero no campo, evidenciando a importância desses grupos para promover um ambiente de trabalho mais igualitário.

Estas mulheres se mostraram receptivas no que concerne a boas práticas de cultivo, indicando que existem homens receptivos também, entretanto, as mulheres se mostram mais pacientes e cautelosas, além de valorizar os princípios da agricultura familiar, atuando como guardiãs de sementes crioulas e na troca desse bem cada vez mais escasso, além de serem adeptas a formas de cultivo que preservam o solo e a saúde do produtor e consumidor dos alimentos.

O protagonismo exercido por essas mulheres é forte, sempre em busca de melhores condições de vida, muitas foram responsáveis pela conquista do lote, tomaram a iniciativa de mudar suas realidades e conquistar algo melhor. Elas foram à luta e adquiriram terras, antes dadas como improdutivas, mas que

foram capazes de mudar suas vidas e de seus descendentes, emergindo de um contexto socioeconômico vulnerável para condições de vida mais confortáveis.

O panorama geral apresentado por esta pesquisa nos revela que as mulheres rurais não estão apenas “ajudando” os homens no campo produtivo, elas são agricultoras e exercem seus trabalhos como produtoras, além de travarem batalhas que estão contribuindo para uma transformação no ambiente rural e nas relações de gênero.

As mulheres rurais encontram-se indo às ruas e reivindicando seus direitos enquanto agricultoras. Elas existem e resistem enquanto produtoras rurais e guardiãs de todo conhecimento ancestral que lhes foi confiado para transmitir às próximas gerações.

## REFERÊNCIAS

ABEBE, *et al.* Spatial and temporal variation in crop diversity in agroforestry homegardens of southern Ethiopia. **Agroforest Syst**, v. 78, p. 309–322, 2010.

BALDIN, N.; MUNHOZ, E. M. B. Snowball (Bola de neve): uma técnica metodológica para pesquisa em educação ambiental comunitária. **Anais do X Congresso Nacional de Educação (EDUCERE)**, Curitiba, 2011.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1995.

BEAUVOIR, S. **Segundo Sexo: A Experiência Vivida**. Tradução Sérgio Millet. 15. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2017.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 2. ed. Tradução Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998. 322 p.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Tradução Maria Helena. 13. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2015.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Tradução Mari Helena Kühner. 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

BRASIL. IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Regiões Metropolitanas, Aglomerações Urbanas e Regiões Integradas de Desenvolvimento**. 2020. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/estruturaterritorial/18354-regioes-metropolitanas-aglomeracoes-urbanas-e-regioesintegradas-de-desenvolvimento.html?edicao=30750&t=acesso-ao-produto> Acesso em: 09 ago. 2024.

BRASIL. **Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006**. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 25 jul. 2006. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm). Acesso em: 21 abr. 2025.

BRUMER, A. **Gênero e Agricultura: A situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, p. 205-227, 2004. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2004000100011>. Acesso em: 20 de mar. 2024.

CARDOSO, A. E. R; PINTO, N. M. A. Movimento de mulheres rurais: participação política, trabalho e grupos produtivos. **Braz. J. of Develop.**, Curitiba, v. 6, n. 8, p. 57724-57741, 2020.

CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares. **Anuário estatístico da agricultura familiar 2023**. São Paulo: CONTAG, 2023. Disponível em: <https://www.ctb.org.br/contag-lanca-anuario-estatistico-da-agricultura-familiar-2023/>. Acesso em: 26 jan. 2024.

COSTA, J.; MARIN, J. O. B. Mulheres rurais e plantas medicinais: saberes populares e significados na luta pela terra. **Estudos Sociedade e Agricultura**. Disponível em: [https://doi.org/10.36920/esa31-1\\_st02](https://doi.org/10.36920/esa31-1_st02). Acesso em: 30 jan. 2024.

CUNHA, T. S. **Empoderamento feminino no campo**: intersecção entre agroecologia e feminismo a partir das feiras agroecológicas. Monografia (Graduação em Agronomia) - Universidade Federal do Ceará, Centro de Ciências Agrárias, Fortaleza, 2023. Disponível em: <http://repositorio.ufc.br/handle/riufc/74760>. Acesso em: 30 jan. 2023.

CLEMENTE, A. P. G. et al. Feiras agroecológicas e orgânicas em Maceió: soberania alimentar e protagonismo feminino camponês. **Anais do 3o Colóquio Internacional Feminismo e Agroecologia**, v. 15, n. 3, 2020.

FAO – FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION. **Políticas agroambientales en América Latina y el Caribe**: análisis de casos de Brasil, Chile, Colombia, México y Nicaragua. Santiago: FAO, 2014.

FERREIRA, Ana Paula Lopes. **Acercamiento entre las perspectivas feminista y agroecológica potencializando procesos de empoderamiento de las mujeres rurales brasileñas, desde el territorio del Pajeú, Sertão del Pernambuco**. Tese (Doutorado em Recursos naturales y sostenibilidad). Universidad de Córdoba, Córdoba, 2015.

FERREIRA, Ana Paula; MOREIRA, Sarah Luiza; SILIPRANDI, Emma. **Reivindicando o valor das mulheres na Agroecologia**. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE AGROECOLOGIA, 11., 2020, São Cristóvão. *Anais eletrônicos...* São Cristóvão: Cadernos de Agroecologia, v. 15, n. 2, 2020.

FRANCHINI, J. C. et al. **Importância da rotação de culturas para a produção agrícola sustentável no Paraná**. Londrina: Embrapa Soja, 2011.

GARCIA JÚNIOR, A. **A sociologia rural no Brasil**: entre escravos do passado e parceiros do futuro. In: ESTUDOS RURAIS: VELHOS E NOVOS MUNDOS. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ; CLACSO, 2002.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GRISA, C.; SCHNEIDER, S. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e Estado no Brasil. **RESR**, v. 52, supl. 1, p. 125-146, 2014 – impressa em fevereiro de 2015.

HEREDIA, B. M. A. **Morada da Vida**. Trabalho Familiar de Pequenos Produtores no Nordeste do Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

IBDAIWI, T. K. R. **Todo dia é dia de feira**: um estudo sobre as feiras da cidade de Santa Maria – RS. 2023. Trabalho de Conclusão de Curso (Pós-graduação em Extensão Rural) – Universidade Federal de Santa Maria, Rio Grande do Sul, 2023. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/handle/1/30524>. Acesso em: 26 jan. 2024.

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Assentamentos**. 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/reforma-agraria/assentamentos>. Acesso em: 27 jan. 2024.

LAVILLE, C.; DIONE, J. **A construção do saber**: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Porto Alegre: Artmed; Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

LEAL, *et al.* Quintais produtivos como espaços da agroecologia desenvolvidos por mulheres rurais. **Perspectivas em Diálogo: Revista de Educação e Sociedade**, v. 7, n. 14, p. 31-54, 23 mar. 2020.

MARION, A. A.; BONA, A. N. **A importância da mulher na agricultura familiar**. 2016. Disponível em: <https://publicacresol.cresolstituto.org.br/upload/pesquisa/227.pdf> Acesso em: 09 ago. 2021.

MESQUITA, L. A. P. de. **O papel das mulheres na agricultura familiar**: a comunidade Rancharia, Campo Alegre de Goiás. 135 f. 2013. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Goiás, Catalão (GO) 2013.

MORAES, L. L.; NASCIMENTO, N. M. S. Mulheres rurais nordestinas e desviantes: um estudo sobre a quebra das expectativas de gênero no meio rural. **Amazônica - Revista de Antropologia**, v. 12, n. 2, p. 725 – 747, 2020.

MOREIRA, Sarah Luiza de Souza. **A contribuição da Marcha das Margaridas na construção das políticas públicas de agroecologia no Brasil**. 2019. 193 f. Dissertação (Mestrado em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural) – Universidade de Brasília, Faculdade UnB Planaltina, Brasília, 2019.

MOTTA, V. **Mulher(es) e agroecologia**: a diversidade falada mais ainda escondida. Boletins da CLACSO, Buenos Aires, set. 2021.

MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS. A luta de enfrentamento cotidiana contra o capitalismo e o patriarcado no campo In: MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS. **Feminismo Camponês e Popular**. Associação Nacional de Mulheres Camponesas- ANMC, 2018.

NASCIMENTO, Silvane Magali Vale. Trabalhadoras rurais, políticas públicas e serviço social em tempos neoliberais: demandas e desafios à prática profissional. **Revista de Políticas Públicas**, v. 15, n. 1, p. 109-119, enero-junio, 2011.

PELLEGRINI, *et al.* Princípios para o desenvolvimento da competência em informação de mulheres rurais sob a perspectiva do empoderamento. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 28, Fluxo Contínuo, 2023.

PETARLY, Renata Rauta. **Meios de vida das famílias rurais**: um estudo da influência das políticas públicas de inclusão produtiva na divisão sexual do trabalho rural. 2021. 371f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional) –

Universidade Federal do Tocantins, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, Palmas, 2021.

SÁ, Juciane Terra. **Análise do papel da mulher na agricultura familiar do Rio Grande do Sul**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2022.

SCHNEIDER, S. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 18, n. 51, p. 99-121, 2003.

SCHNEIDER, *et al.* (org.). **Políticas públicas e participação social no Brasil rural**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

SCHNEIDER, C. O. et al. Mulheres rurais e o protagonismo no desenvolvimento rural: um estudo no município de Vitorino, Paraná. **Interações**, Campo Grande, MS, v. 21, n. 2, p. 245-258, abr./jun. 2020.

SCHÜTZE, Fritz. **Die Technik des narrativen Interviews in Interaktionsfeldstudien**. Studienbrief der Fernuniversität Hagen. Hagen, 1987.

SEIBERT, I. G. [et al.]. “Sem feminismo, não há agroecologia”. In: **O poder das mulheres na luta por soberania alimentar**, 2019. OBSERVATÓRIO DO DIREITO À ALIMENTAÇÃO E À NUTRIÇÃO, 2019. Disponível em: <[https://www.righttofoodandnutrition.org/files/rfn-watch11-2019\\_por-44-53.pdf](https://www.righttofoodandnutrition.org/files/rfn-watch11-2019_por-44-53.pdf)> Acesso em: 20 de mar. 2024.

SILIPRANDI, E. **Mulheres e agroecologia**: transformando o campo, as florestas e as pessoas. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2015.

SILVA, C., A. P. PORTELLA. Divisão sexual do trabalho em áreas rurais do Nordeste Brasileiro. In: **Agricultura familiar e gênero**: práticas, movimentos e políticas públicas. Recife: UFPE, 2010.

SILVA, Gabriela Bernardes; MENDES, Paula Pontes Estevane. As relações de gênero na agricultura familiar: a comunidade Ribeirão no município de Catalão (GO). In: NEVES, Adriana Freitas; FERREIRA, Idelvone Mendes; PAULA, Maria Helena de; ANJOS, Petrus Henrique Ribeiro dos (Org.). **Coletânea interdisciplinar em pesquisa, pós-graduação e inovação**. 1. ed. São Paulo: Edgard Blücher, 2015. v. 1, p. 229-40.

SILVA, L. O. As leis agrárias e o latifúndio improdutivo. São Paulo, **São Paulo em Perspectiva**, v. 11, n. 2, p. 15–25, 1997.

SILVA, M. S. **Mulheres e relações de gênero no campo**: uma análise da temática nas monografias de conclusão de curso da Educampo/UFSC. 2021. Monografia (Graduação em Educação do Campo) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2021.

SILVA, Sandro Pereira. **A agricultura familiar e suas múltiplas interações com o território**: uma análise de suas características multifuncionais e pluriativas. Brasília; Rio de Janeiro: Ipea, 2015.

SOARES, A. C. A. **Quintais produtivos: do saber ao fazer segurança alimentar** no Assentamento Zumbi dos Palmares em Mari, Paraíba. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural) - Universidade Federal de São Carlos, Araras, 2020.

SOUZA, *et al.* Uma análise dos estudos sobre o feminino e as mulheres na área da Administração: a produção científica brasileira entre 2000 a 2010. **Organizações & Sociedade**, v. 20, n. 67, dez., 2012.

STOLF, M. C. **Os sentidos atribuídos por agricultores às tecnologias utilizadas em seu cotidiano de trabalho** (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil. 2007.

TÁBOAS, Ísis Menezes. **É luta!** Feminismo Camponês Popular e enfrentamento à violência. Rio de Janeiro: Lumun Juris, 2018.

TARDIN, José Maria. Cultura camponesa. In: CALDART, Roseli Salete; et. al. (orgs). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. p. 184.

TORRES, A. V. S.; SILVA, L. A. G. C. **Legislação sobre agricultura familiar**. Câmara dos Deputados, Brasília, 2016.

ZUSE, A. M. **O papel da mulher na agricultura familiar no município de Tiradentes do Sul/RS**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2022. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/254150>. Acesso em: 30 jan. 2024.

## APÊNDICE

### ROTEIRO DE ENTREVISTA

Data da entrevista:

Nome da entrevistada:

Idade da entrevistada:

Posição na família:

Estado civil:

Grau de escolaridade:

Quantidade de filhos:

Religião:

- 
1. Como foi sua chegada ao assentamento?
  2. Há quanto tempo você trabalha com agricultura?
  3. Como é a sua rotina em casa e na roça?
  4. Quais saberes/conhecimentos sobre o uso da terra e plantações são essenciais para uma mulher que trabalha com agricultura familiar?
  5. Você acredita que as mulheres são mais preocupadas em produzir alimentos de uma forma que não prejudique o meio ambiente?
  6. As mulheres são mais receptivas a novas formas de produção como por exemplo a agricultura orgânica e agroecológica?
  7. Você já vivenciou ou presenciou alguma situação de desigualdade entre homens e mulheres no assentamento?
  8. Qual sua experiência mais significativa no assentamento?
  9. Em sua opinião, qual a importância das funções exercidas pelas mulheres em assentamentos?
  10. Para você qual é a importância das funções exercidas pelas mulheres na sociedade?
  11. Você acredita que se existisse mais investimentos e apoio do governo voltado para incentivar e apoiar o trabalho das mulheres com agricultura familiar elas se envolveriam mais com as atividades agrícolas?
  12. Para você, qual é a importância de ter representações femininas no campo?
  13. Você participa de algum movimento social ou sindical? Em sua opinião, qual a importância de participar deles?
  14. Você realiza algum tipo de trabalho fora do assentamento?
  15. Você sabe quais são os seus direitos como agricultora e luta por eles?
  16. Qual a sua relação com a religião e a importância de participar desses espaços?
  17. Em seus momentos de lazer, quais atividades costuma praticar?